

CONSTRUINDO A POLÍTICA PÚBLICA: O PROCESSO DE REFORMA AGRÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL (1959-1963)

Bernard José Pereira Alves¹

Introdução

O debate sobre políticas públicas passa comumente pela descrição de como essas iniciativas governamentais são construídas dentro dos espaços de poder político, preconizando sua formulação e seus objetivos. Neste artigo se propõe uma perspectiva um pouco distinta, procura-se evidenciar como as mobilizações a favor da reforma agrária realizadas no Rio Grande do Sul, durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963), foram determinantes para que o estado pudesse por em prática projetos que até o momento da emergência destas demandas não saíam do papel. Isto é, neste artigo será explorado majoritariamente uma dimensão da produção de políticas públicas que por vezes é desprezada: a importância das relações sociais que se estabelecem no exterior dos “espaços tradicionais” da política. Neste caso, um olhar atento sobre os acampamentos e demais mobilizações realizadas na época permitem verificar como a legitimidade das ações governamentais no meio rural dependiam destas demandas e como estas foram fundamentais para a efetivação de projetos de reforma agrária no estado.

As primeiras indicações de que o governo Brizola pretendia tratar de questões relacionadas ao acesso à terra por parte de pequenos agricultores foi dada a partir da criação da Comissão Estadual de Terras e Habitação (CETH) em 29 de fevereiro de 1960. Apesar de ser o primeiro órgão do governo gaúcho com alguma indicação de lidar com a questão fundiária do estado, no decreto de criação da comissão não é possível localizar muitas indicações que digam respeito a projetos que envolvessem alguma possibilidade de transformação da dinâmica fundiária estabelecida até aquele momento. Entretanto, se no documento oficial não é possível visualizar possibilidades de mudanças na atividade do governo, é a partir do funcionamento dessa comissão que começam a emergir iniciativas que, se tomadas numa perspectiva linear, parecem ter impulsionado as transformações que foram se concretizar somente no último ano do governo Brizola, como veremos adiante.

Uma das iniciativas da CETH que merece destaque foi a realização de um grande trabalho de levantamento da situação fundiária do estado do Rio Grande do Sul. Funcionários do governo percorreram cartórios de todo o estado realizando um detalhado processo de cadastramento de grandes propriedades. Como resultado, foi elaborada uma extensa lista com nomes de proprietários

¹ Mestre em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas – bernardjpa@hotmail.com

e a localização de todas as respectivas propriedades que ultrapassassem 2500 hectares de terra em cada município pesquisado. Esse trabalho permitiu ao governo construir um mapa do latifúndio no estado. Além disso, Paulo Schmidt, então funcionário da CETH, afirma que foi a partir do quadro encontrado na pelo trabalho realizado pela comissão que levou aquele governo a considerar mais fortemente a ideia de promover transformações na estrutura agrária do estado. Com essa pretensão é criado o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), em 14 de novembro de 1961.

O decreto de criação do IGRA é o primeiro documento oficial do estado gaúcho que traz de maneira objetiva a preocupação com o que define como “sem-terra”. Se a expressão “reforma agrária” não está apontada explicitamente no decreto, apesar de figurar no nome do instituto, já é possível localizar, de forma clara, o interesse por parte do governo do estado na realização de ações que dêem melhores condições de sobrevivência aos pequenos agricultores.

Entretanto, entre a criação oficial do IGRA, em novembro de 1961, e seu efetivo funcionamento, se passaram alguns meses. Se tomássemos o caminho apontado somente pelos documentos oficiais do estado, poderíamos compreender essa inatividade do instituto, entre novembro de 1961 e abril de 1962, como resultado de sua própria burocracia, ou seja, esse tempo poderia ser encarado como um período de ajuste e organização do instituto. Entretanto, é justamente nesse período, entre a criação oficial do IGRA e o início de suas atividades, que começam a ocorrer as mais significativas transformações que todo esse aparelho burocrático, criado pelo governo Brizola, não conseguiu promover sozinho. Se, já há algum tempo, o estado gaúcho tentava, utilizando-se de decretos e comissões, criar condições de iniciar um processo de reforma agrária no estado, foi por meio de uma controversa ocupação de terra, que começou, efetivamente, com os projetos de reforma agrária do governo Brizola no Rio Grande do Sul.

A Fazenda Sarandi: palco inaugural das mobilizações

A primeira e mais conhecida ocupação de terra realizada durante o governo de Brizola no Rio Grande do Sul foi a da Fazenda Sarandi. Esta ficava situada no município de mesmo nome, que dista aproximadamente 350 km da capital do estado e tinha área total de 24.304 hectares. A propriedade pertencia a um grupo de nacionalidade uruguaia, chamado Agropecuária Júlio de Maílhos que, assim como vinha fazendo com a Fazenda Sarandi, comprava terras em diferentes países esperando que estas valorizassem para revendê-las com grande margem de lucro. Entretanto, enquanto essa valorização era esperada a área permanecia improdutiva².

A ocupação desta fazenda teria sido liderada por Jair de Moura Calixto, prefeito de Nonoai,

² Jornal *O Rio Grande* de 23 a 30/08/1979.

cidade vizinha de Sarandi. No dia 11 de janeiro de 1962, Calixto teria liderado os sem terra desde Nonoai até a uma das estradas que cortavam a fazenda. Este local era chamado Capão da Cascavel, em função disso, o acampamento ficou conhecido como o acampamento da Cascavel. Os acampados exigiram a desapropriação da Fazenda Sarandi e a distribuição dela para os sem-terra lá acampados.

Dessa forma, no dia 13 de janeiro de 1962, somente dois dias depois do início do movimento reivindicatório, o governador Brizola assina a desapropriação da fazenda. A rapidez que o governo atendeu a demanda dos interessados tende a sugerir que o aparato burocrático criado pelo governo se mostrava pronto a responder com eficiência à pressão por terras. Entretanto, outros fatos devem ser considerados sobre os eventos narrados acima. Calixto era prefeito de Nonoai; outra informação relevante a ser considerada era o seu partido: o PTB, ou seja, o mesmo do governador. Além disso, outro elemento torna ainda mais complicada a versão de que a organização dos sem-terra para acampar teria sido tomada exclusivamente por Calixto. O seu próprio sobrenome já anunciava que seus laços não eram somente com o partido do governo, mas também com o próprio governador. O sobrenome, “de Moura”, de Jair de Moura Calixto e de Leonel de Moura Brizola não era coincidência, indicava a relação de parentesco dos dois. Calixto e Brizola eram primos ou, segundo dizem alguns dos entrevistados “primos-irmãos”. Ao considerar essa proximidade partidária e de parentesco entre os dois dos principais responsáveis pelo desenrolar dos eventos em Sarandi, obrigatoriamente é preciso considerar uma possível articulação entre os interesses do governador e a organização da ocupação por parte de seu primo. Entretanto, a idéia de realizar a ocupação da Sarandi se mostra de forma bastante divergente entre os diferentes participantes do evento.

Paulo Schmidt fazia parte do governo desde seu início, participando inicialmente do grupo responsável pelo reordenamento do setor educacional do estado³, depois fazendo parte da CETH e do IGRA. Assim como foi mudando de posição dentro dos diferentes órgãos do governo estadual, Schmidt também foi ascendendo na hierarquia deste. Se, em 1959, sua primeira atividade tinha função estritamente técnica, de planejamento, quando chegou ao IGRA, já em 1962, passou a ser Coordenador Chefe do Grupo de Coordenação e Planejamento do instituto, o que lhe colocava em posição inferior somente a João Caruso, então Secretário de Agricultura e presidente do órgão. O cargo ocupado por Schmidt o colocava na linha de frente de todos os projetos de reforma agrária desenvolvidos pelo governo e, dessa forma, o fez importante espectador do evento da Sarandi. Schmidt reafirma que a ocupação da Fazenda Sarandi havia sido realizada por Calixto, juntamente com lideranças locais que teriam se apoiado nele por sua proximidade com o governador. A

3 Para informações mais completas sobre a política educacional de Brizola ver Quadros (2003).

ocupação se justificaria porque a região de Sarandi vinha sofrendo muito com a pressão por terras. Segundo ele, havia um contingente enorme de colonos sem-terra nas cidades próximas àquela fazenda. O processo de êxodo rural vinha se intensificando em função das dificuldades encontradas no acesso terra e, enquanto isso, a área da Fazenda Sarandi permanecia sem produzir. Esse quadro, que contrapunha o latifúndio improdutivo com a dificuldade dos colonos sem-terra, teria sido o determinante para que Calixto, o primo “*meio malucão*” de Brizola, nas palavras de Schmidt, levasse à frente a idéia de ocupar a fazenda dos uruguaios. O mesmo conta que o movimento tinha a intenção de pressionar o governo do estado a realizar a desapropriação da fazenda. Seria um “movimento de protesto” que pretendia mostrar que “havia necessidade e que tinha gente disposta”. Entretanto, segundo as afirmações do diretor do IGRA, os laços de Calixto com o governante do estado não eram bastante fortes para significar qualquer relação entre os interesses do último com a ocupação. Schmidt afirma categoricamente que Brizola não tinha idéia das intenções de seu primo. Mesmo assim, ele destaca que, depois de iniciada a ocupação, Brizola passou a garantir apoio total à mesma. Isto se deu por meio do envio de víveres para a manutenção dos acampados e, especialmente, pelo envio de policiais da brigada militar⁴ para garantir a segurança dos acampados.

Posição um pouco diferente de Schmidt assume Romeu Barleze, sobre o conhecimento do governador da idéia de ocupar a Sarandi. Barleze é uma das figuras chave para a compreensão dos eventos narrados aqui. Ele era suplente, pelo PTB, na Câmara dos Deputados do Rio Grande do Sul durante o período em que Brizola esteve à frente do estado. Dessa forma, em alguns momentos ele era convocado a assumir a vaga na Câmara quando algum outro deputado se ausentava ou passava a ocupar algum cargo no governo. Entre estas idas e vindas Barleze foi convidado para ocupar o cargo de chefe do setor de promoção social e organização rural do IGRA. Assim, Barleze ocupava papel de destaque na relação com os demandantes das desapropriações. Para se ter uma idéia do grau de importância de Barleze dentro do IGRA, ele foi o responsável por receber a Fazenda Sarandi em nome do estado do Rio Grande do Sul⁵.

Dentre as informações dadas por Barleze sobre a Sarandi, a primeira que merece destaque é que ele afirma que lá não houve ocupação, ele diz que na Sarandi o que ocorreu foi um acampamento. Reforça sua sentença ao afirmar que nenhuma cerca havia sido derrubada e que diante disso, não se configurava uma ocupação. A preocupação em reafirmar o caráter legalista do movimento, uma vez que não teria invadido a propriedade de outrem, se coaduna com a definição de “movimento de protesto” destaca por Schmidt. A idéia que passa é que a ocupação foi marcada

4 A Brigada Militar se equivale a Polícia Militar na região sudeste.

5 Segundo contou em entrevista, depois de decretada a desapropriação de determinada propriedade e do parecer favorável do judiciário sobre a questão, o governo do estado deveria indicar uma pessoa para receber a área em nome do estado. Segundo Barleze, no caso da Sarandi, ele foi a pessoa designada.

por uma série de elementos para que evitassem considerá-la como ilegítima. Assim como Barleze, Schmidt também destacou que uma das primeiras coisas que foram feitas na Sarandi foi o erguimento de uma cruz, feita de madeira, e a realização de uma missa. Segundo ele, significaria que aqueles que lá estavam não eram comunistas. Ainda nessa direção, poucos dias depois do início do acampamento, quando Brizola visitou os acampados foi recebido em meio a faixas que diziam “Apelamos ao governador, queremos terras e pão” e “Queremos terras”. Todos esses elementos mobilizados pelos acampados eram carregados de sentidos que se relacionavam tanto às disposições jurídicas encontradas na Constituição do estado, que como foi apontado no capítulo anterior obrigava este a atender a demanda de grupos de sem terra organizados, quanto às questões morais constantemente colocadas em jogo naquele momento histórico particular, como a ameaça de serem considerados comunistas e subversivos. Sigaud (2000), a partir de seu investimento de pesquisa na Zona da Mata de Pernambuco, desenvolveu o que chamou de “forma acampamento” para enumerar um variado número de signos que, com o passar do tempo se consolidaram em um modelo específico para que se realizasse a demanda por reforma agrária. O uso de barracas de lona, o hasteamento de uma bandeira, maneiras características de realizar ocupações e uma linguagem própria ao mundo dos acampamentos são alguns deles. O momento da ocupação da Sarandi é anterior ao qual se baseia Sigaud e, possivelmente por isso, os recursos a serem mobilizados para o reconhecimento do mesmo como legítimo talvez tenha sido ainda maior. Possivelmente eventos como a Sarandi estão relacionados à gênese do processo descrito por Sigaud a partir do mundo dos engenhos. Vale lembrar que a ocupação da Sarandi, ou simplesmente o acampamento, conforme defende Barleze, era um episódio inaugural e todas aquelas pessoas, que contassem ou não com o apoio do governo, estavam envolvidas em algo que ainda não fazia parte de uma “forma” possível de se reivindicar terras.

Conforme pode ser verificado, o processo que culminou com a desapropriação da Fazenda Sarandi, se aproxima ao que Tarrow (2009) entende por “oportunidade política”, na medida em que o autor define essa condição como o momento no qual os sujeitos se sentem encorajados a participar das ações, levados ao exercício coletivo diante de um reordenamento de sua margem de possibilidades. Entretanto, ao contrário de algumas premissas do autor que relaciona a idéia de "oportunidade" com um momento de fragilidade do Estado, conforme poderá ser visto também a partir das informações apresentadas adiante, o movimento que emergiu para reivindicação da desapropriação da Fazenda Sarandi contou, além da mobilização de moradores da região com forte respaldo do governo estadual, criando condições diferentes das encontradas em momentos anteriores para iniciativas como aquela de demanda por desapropriação de propriedades privadas.

Ainda nesta direção, Tilly (1995) desenvolve a noção de “repertório de ação coletiva” para

descrever o aprendizado que se consolida pelos confrontos vividos pelo movimento, sendo este moldado pela rotina do embate. O autor destaca que os repertórios não advêm da propaganda política ou filosofia abstrata, mas emergem como produtos culturais, formas de agir coletivamente sintomáticos de um momento histórico. Nesse sentido, as ocupações que se iniciam a partir da Sarandi parecem ser indicativas do processo de consolidação de um repertório, ou seja, a forma de mobilização e de torna pública aquela demanda passou a ser reproduzida em outros locais, como será visto adiante.

Voltando às informações trazidas por Barleze, no que diz respeito ao conhecimento do governador sobre a idéia de Calixto de ocupar a fazenda, sua opinião diverge parcialmente de Schmidt. Ao ser questionado se o governador sabia da ocupação, de forma pouco convencida ele afirma que sim, principalmente porque, segundo ele, já era sabido dentro do governo que um acampamento naqueles moldes realizados em Sarandi, sem avanço sobre a cerca e que mobilizasse muitas pessoas não seria mal visto dentro do governo.

Outro personagem que viu de perto os eventos da Fazenda Sarandi foi João Manuel Ribeiro. Na época ele era secretário da prefeitura de Sarandi, que tinha como prefeito Ivo Sprandel. João Manuel presenciou toda a movimentação que a ocupação promoveu na pequena cidade, além disso, vivenciou parte do cotidiano do acampamento ao se envolver como representante da prefeitura em pequenos problemas que lá ocorriam. Ele se recorda de um evento em especial sobre a retirada de madeira dos arredores do acampamento. Segundo ele, havia um acordo para que somente fosse retirada madeira para a manutenção do mesmo, mas estavam ocorrendo denúncias de que alguns acampados estavam vendendo parte do que era retirado e ele teve que interceder junto aos representantes do IGRA para que a atividade cessasse.

João Manuel também reafirma o papel primordial de Calixto diante da ocupação; entretanto, ao ser perguntado se as pessoas haviam entrado na propriedade, ele garante que o acampamento havia sido realizado dentro da Fazenda Sarandi. Essa informação pode ser interpretada de três formas, a primeira delas obriga a uma definição do que seria “dentro” e “fora” da propriedade. É preciso considerar que a Fazenda Sarandi era muito vasta e, naturalmente, cortada por várias pequenas estradas. Dessa forma, o “entrar” na propriedade, para João Manuel, pode significar simplesmente que o acampamento foi feito em uma das estradas que cortava a propriedade. Por outro lado, quando João esteve no acampamento enquanto representante da prefeitura em um caso de litígio em torno da retirada de madeira, e segundo ele mesmo disse, teve de procurar um responsável do IGRA para que o ajudasse a resolver a questão. Isso é importante porque significa que, para aquele momento específico, o governo do estado deveria ter desapropriado a fazenda e já mantinha equipes do IGRA auxiliando os acampados no local. Isto pode significar que a

preocupação com a entrada na propriedade já não fosse tão importante. Por fim, pode-se considerar que as afirmações de Schmidt e Barleze podem não ser muito precisas, vale lembrar que ambos ocupavam cargos dentro de um governo que já vinha apresentando uma clara disposição para realizar a reforma agrária e a afirmação de que os sem-terra teriam invadido a propriedade dos “castelhanos”, como diz João Manuel, seria uma contradição ao discurso de legalidade posto em prática naquele momento. Sobre o envolvimento de Brizola com o a ocupação da Sarandi, João Manuel revela não ter muita certeza sobre o grau de conhecimento do governador sobre o fato; entretanto, baseado na relação dos “primos-irmãos”, como repetiu por mais de uma vez na entrevista, reafirma, com desconfiança, que os laços familiares foram determinantes na ocupação da fazenda. De qualquer maneira, as controvérsias em torno da ocupação/acampamento da Sarandi são muitas e o que mais chama a atenção nesse evento é que conforme a posição que as pessoas ocuparam naquele momento, elas revelam impressões bastante distintas de como fora organizada e sobre o papel das lideranças no evento.

Carlos Araújo se envolveu no evento em Sarandi de forma distinta de todos apontados acima. Seu engajamento na militância estudantil o fez não somente espectador, mas participante do processo de mobilização e realização do acampamento da Sarandi. Carlos Araújo nasceu no município de São Francisco de Paula, no interior do estado em 1938. Mais tarde seguiu para Porto Alegre para prosseguir nos estudos. Nessa época começa a se envolver na política estudantil, filiando-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e por divergências internas neste, deixou a legenda e passou a integrar o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Junto a outros militantes criou o Centro de Estudos e Debates Castro Alves que seria, *a priori*, um grupo de discussão de obras literárias, mas na realidade era uma alternativa encontrada por eles para fomentar a organização de cooperativas de trabalhadores em pequenas vilas na capital. Eles compravam gêneros alimentícios a preços bastante baixos e repassavam praticamente a preço de custo para os moradores, além disso, realizavam atividades como levar estudantes de medicina para realizar consultas grátis para pessoas carentes. Nesse processo, verificaram que muitos desses moradores das vilas vinham do campo e, a partir daí, resolveram partir para o interior para fomentar a organização de cooperativas. Diante dessa nova empreitada, foram buscar ajuda com Brizola, na época, recém eleito governador (segundo Araújo, na época que resolveram partir para o interior Brizola tinha pouco mais de três meses de governo o que permite, por aproximação, inferir que a data fosse meados de 1959), que tinha forte identificação com a militância estudantil. Brizola teria lhes auxiliado com o espaço para a organização da nova sede do grupo e com o apoio para o transporte. Foi em uma dessas idas pelo interior que os militantes do grupo encontraram um médico que havia lhes ajudado em umas das atividades na capital, mas que no momento do encontro já estava trabalhando no município de

Ronda Alta. Por meio dele souberam que havia um prefeito que estava organizando um movimento camponês na cidade. É aí que a história de Carlos Araújo se cruza com a do acampamento da Sarandi, uma vez que o organizador do dito movimento era o prefeito Jair Calixto.

Araújo e os demais componentes do Grupo Castro Alves foram oferecer ajuda ao prefeito, que os teria aceitado, mesmo tendo ficado um pouco reticente pelo fato de serem comunistas; entretanto, Calixto teria dito que precisava de ajuda para organizar o povo. Para Araújo, a idéia de ocupar a fazenda teria vindo exclusivamente de Calixto, que teria pensado em todo o processo sozinho. O conhecimento de Brizola sobre a ocupação, ou mesmo seu incentivo não são considerados por Araújo. Segundo ele, Calixto dizia acreditar que Brizola não o apoiaria sua empreitada porque aquilo poderia provocar uma reação do exército, que tinha enormes contingentes em Passo Fundo, cidade próxima da região.

A organização das pessoas teria sido feita de casa em casa no município de Nonoai, não foram realizadas reuniões. Araújo afirma que Calixto falava sobre os riscos da existência de espiões, tanto do exército quanto de Brizola, interessados em saber onde seria o acampamento. Até mesmo por isso, ninguém teria ficado sabendo do local até o momento dele. As pessoas eram convidadas para ocupar terra, mas sem saber nem mesmo onde.

Por fim, Araújo chega a afirmar que a mobilização para a ocupação da Sarandi chegou a agrupar mais de cinco mil famílias; entretanto, ainda antes de saírem em direção à fazenda, Calixto teria falado a todos sobre riscos que deveriam saber que estavam correndo, caso houvesse uma reação do exército. Diante disso, duas mil famílias teriam desistido. As que permaneceram, seguiram, sob a liderança de Calixto, até o Capão da Cascavel, onde acamparam. O número de famílias envolvidas torna-se importante nesse momento porque, segundo Carlos Araújo, eles teriam entrado nos limites da fazenda, e a razão era de natureza prática, uma vez que não havia espaço o bastante na beira estrada para que todas as famílias se abrigassem. Calixto teria, inclusive, ordenado a abertura de uma espécie de estrada dentro da propriedade, de pouco mais de um metro de largura para que as famílias pudessem construir suas barracas. Além de todas essas informações, outro elemento importante trazido por Araújo é o interesse prévio de Calixto em mobilizar os sem-terra. Além disso, ao ter vivenciado os eventos ao lado daquele que foi o líder da ocupação, pode-se resgatar da narrativa de Araújo a forma pela qual Calixto apresentava a quem o seguia não somente sua insegurança sobre a reação do exército, mas também a desconfiança com as próprias medidas a serem tomadas pelo primo governador.

Outro personagem que acompanhou ainda mais de perto a empreitada que culminou na ocupação da Sarandi foi Cleto dos Santos. Sua história se assemelha em grande medida a de Carlos Araújo, que junto dele, fez parte do PCB enquanto eram estudantes secundaristas em Porto Alegre.

Cleto nasceu em Nonoai e assim como Araújo foi para a capital do estado para continuar os estudos, sendo que permaneceu no PCB quando o colega se filiou ao PCdoB. Depois de concluir os estudos, diante da dificuldade para conseguir emprego na capital, Cleto voltou para Nonoai, onde seu pai tinha uma pequena propriedade. Pouco depois, Cleto consegue a concessão da rodoviária da cidade e passa a administrá-la. Em 1959 chega a disputar a candidatura para prefeito da cidade, mas é derrotado por justamente por Calixto. Entretanto, mesmo antes disso, Cleto já o havia conhecido. Enquanto ainda estava estudando em Porto Alegre, ele foi assistir a uma palestra para os alunos de direito da PUC (Pontifícia Universidade Católica) sobre reforma agrária e um dos entrevistados era Jair Calixto que, ao ser perguntado sobre como deveria ser feita a reforma agrária ele teria respondido: *“A gente reúne o povo, vai entrando, vai cortando os arames, vai balizando. E vai botando: aqui é você. Aqui é você. Essa é a legítima reforma agrária! De outra forma reforma agrária não sai. Se não invadir, não entrar e não distribuir na hora, não sai reforma agrária!”*. Cleto garante que naquele momento achou que o homem falava absurdos, mas reconhece que tempos depois ele teria agido exatamente como defendera na palestra da PUC. Esse fato é importante para que se possa considerar que Calixto, mesmo que tivesse sido apoiado ou mesmo orientado por Brizola, não era desprovido de interesse pelo tema. Cleto não menciona a data dessa palestra, mas se considerarmos que ele volta à Nonoai a tempo de disputar as eleições com o mesmo Calixto em 1959, essa palestra aconteceu antes disso. Isto é, possivelmente antes mesmo de Brizola tornar-se governador do estado do Rio Grande do Sul.

Sobre a ocupação da Sarandi, Cleto afirma que foi convidado por Calixto a se juntar ao movimento poucos dias antes, o prefeito teria comentado sobre a organização de um movimento para distribuir terras, mas que na verdade, estava organizando as pessoas para “invadir” uma terra. Essa informação difere das trazidas pelos demais personagens apresentados aqui, nenhum deles deu destaque a alguma postura de Calixto sobre essa distinção. Conforme já foi dito, o evento da Sarandi era marcado por ser um evento inaugural. Um movimento para “invadir” uma terra, conforme Calixto teria dito à Cleto, possivelmente não teria agregado em torno dessa idéia o mesmo contingente de interessados que um movimento que se dizia pretender “distribuir” terras. Possivelmente essa alternativa adotada por Calixto tenha mobilizado mais pessoas que, quando souberam não somente do exército, mas que também estavam prestes a “invadir” uma propriedade, teriam desistido da idéia, formando o grupo de 2 mil desistentes que Araújo destacou anteriormente. Outra informação pertinente apresentada por Cleto é que, dessa vez corroborando com informações apresentadas anteriormente, Calixto se recusava a dizer onde seria a “invasão”, tanto que Cleto se recorda que pensava que a mesma seria na própria cidade de Nonoai.

Diferentemente de Araújo, Cleto não crê em uma total independência de Calixto quanto a

Brizola. Para Cleto, o primeiro teria conversado com o governador anteriormente e contava com seu apoio. A principal razão para essa posição de Cleto se coaduna com parte da informação trazida por Schmidt, o envio da brigada militar. Cleto destaca que no dia seguinte a criação do acampamento do Capão da Cascavel a brigada militar já estava acampada perto dali.

O último personagem a apresentar sua versão difere de todos os anteriores, tanto por sua origem quanto pelo papel que desempenhou na ocupação da Fazenda Sarandi. Francisco dos Santos não foi funcionário do governo como Paulo Schmidt ou Romeu Barleze, não se envolveu no movimento para apoiar a organização dos agricultores como Carlos Araújo, nem mesmo foi convidado para se integrar ao grupo por Calixto, como ocorreu com Cleto. Seu Francisco, ou seu Chiquinho das Éguas, conforme já era conhecido na época, foi um dos assentados que participou não só da mobilização, mas foi homem de confiança de Calixto no processo. Seu Chico é de longe, o mais idoso de todos os entrevistados apresentados - com mais de 94 anos -, mas também é aquele que guarda de forma mais viva aqueles acontecimentos, talvez porque para ele, mais do que uma organização ou “movimento”, aquele evento se configurou na oportunidade de ter terra, que se concretizou mais de um ano depois, em maio de 1964.

Para Seu Chico tudo começa no dia nove de janeiro de 1962 quando, segundo ele, Brizola manda um avião buscar Calixto em Nonoai. Nesse ínterim, enquanto o prefeito embarca para falar com o governador, um funcionário da prefeitura vai até a casa de Seu Francisco para lhe dizer que fosse, ao final da tarde, na prefeitura, para encontrar Calixto. Quando este voltou contou que Brizola queria alguém para organizar o movimento. O governador teria dito: *“Eu mandei te chamar porque o Ivo tá aqui olha, mas não quis assumir. Então você pega um homem bom, que conheça a região para escolher o local!”* Ivo, mencionado na fala de Brizola, seria Ivo Sprandel, prefeito de Sarandi que, segundo sugere a informação, teria se recusado a tomar a frente da ocupação. Essa informação torna-se mais importante se relacionada a outra fornecida por Cleto. Segundo este último, quando recebeu o convite de Calixto para fazer parte do grupo que realizaria a ocupação, ele teria lhe dito que Albano Jacobsen, uma liderança de Ronda Alta, também já estaria preparado para apoiar a iniciativa, ou seja, ao cruzar essas informações é possível inferir que representantes de pelo menos três cidades que circundavam a propriedade sabiam da iniciativa e, a princípio estiveram ligados a sua organização. A informação ganha ainda mais importância porque, segundo conta Barleze, Jacobsen foi o homem escolhido pelo IGRA para ser responsável pelo acampamento após a desapropriação da fazenda. Isto é, as ações do governo posteriores à ocupação parecem ter mobilizado as mesmas pessoas que participaram de todo o processo de organização da mesma, reforçando a idéia de laços próximos entre o governo e os líderes da iniciativa que, por sua vez, faziam parte do cenário político local.

Voltando à narrativa de Seu Chico, teria sido a recusa de Ivo Sprandel que colocou Calixto à frente do movimento e, a partir daí, a história de Seu Chico passa a ser importante para conhecer a ocupação da Sarandi. Brizola, ao perguntar a Calixto se conhecia alguém para escolher o lugar do acampamento, teria ouvido de seu primo: *“Eu só conheço um homem para isso, 'analfabeto de leitura', mas tem uma prática e uma memória que talvez ganhe de mim que sou prefeito e de você que é governador”*. E diante da pergunta de Brizola se realmente o tal homem era de confiança, Calixto teria rebatido: *“Se você não tem confiança nem vou assumir nada, se você mandou me buscar é porque tinha confiança em mim. Tenha confiança, eu conheço ele! O que interessa é a prática e a verdade”*. Este homem de confiança de Calixto era Seu Chico, que apesar de “analfabeto de leitura”, como diz, conhecia toda a região da Fazenda Sarandi por razão de sua atividade de tropeiro. Seu apelido, “Chico das Éguas”, vinha dessa época em que viajava por todo o estado comprando e vendendo mulas. Ele conta que em uma dessas viagens ele descobriu, em meio ao Capão da Cascavel, uma fonte de água potável que ninguém mais conhecia e foi a existência daquela fonte que fez com que o primeiro acampamento exigindo a distribuição de terra para colonos sem-terra no Rio Grande do Sul fosse realizado naquele capão, na Fazenda Sarandi, em 11 de janeiro de 1962.

Brizola teria mandado Calixto arrumar 450 famílias para a ocupação, mas, segundo conta Seu Chico, no dia 10 de janeiro eles já tinham 750, o que teria sido importante porque Brizola teria dito que *“tinha que provar que tinha muita gente no estado sem terra”*. Quando as famílias partiram em direção a fazenda elas perguntavam a Calixto sobre o lugar onde seria realizado o acampamento e ele respondia: *“Eu não posso dizer nada, eu sou prefeito lá em Nonoai, aqui (Sarandi) eu não sou nada, nem eu sei de nada, quem sabe das coisas aqui é esse homem (referindo-se a Seu Chico)”*. Segundo Seu Francisco, pouco mais de uma hora de iniciadas as inquietações sobre o local do acampamento eles chegaram ao capão e lá encontraram a água necessária para manter os acampados.

A história contada por Seu Chico é repleta de detalhes que outros personagens não mencionaram e, inclusive, contraria parte considerável de algumas afirmações apontadas anteriormente. Entretanto, uma informação mais conclusiva pode ser extraída dessa passagem - o local onde seria realizada a ocupação parece que era do conhecimento de poucos, tanto que este foi decidido a partir do conhecimento do ponteiro⁶ da ocupação, que foi avisado somente dois dias antes.

Um dos momentos descritos com mais emoção por Seu Chico é a visita de Brizola ao acampamento no dia 18 de janeiro, esta que, segundo ele, já havia sido combinada com Calixto em

⁶ Por ponteiro deve-se entender aquele que determina o caminho a ser seguido até a área do acampamento.

sua viagem do dia 9, ainda antes do início do acampamento. A chegada do governador ao local é descrita por ele com uma riqueza de detalhes que desafiam a memória do homem de 94 anos. Ele teria sido apresentado ao governador por Calixto que completou *“Aí Brizola, o que eu te disse lá”* - apontando Seu Chico como ponteiro da ocupação -, segundo ele, o governador bateu com a mão esquerda em seu ombro e disse: *“É Calixto, é custoso encontrar um 'cabloquinho miúdo' como esse aqui de fibra. É amigo! Pode contar! Eu sou um amigo seu de confiança. Agora eu acreditei!”*

Não é o intuito desse trabalho fazer somente uma descrição densa da mobilização e, por consequência, da ocupação da Fazenda Sarandi⁷, a intenção aqui é evidenciar a correlação desta com as ações que vinham sendo tomadas pelo governo. Como pôde ser observado diante das várias versões apresentadas para o evento, a maioria delas aponta para uma relação estreita não somente com o governo, mas com o próprio governador Leonel Brizola.

Realizada o acampamento em 11 de janeiro de 1962, dois dias depois, no dia 13, o governador do estado decreta a desapropriação da mesma⁸. O que se destaca no decreto é a longa justificativa apresentada para a realização da mesma. Além disso, uma das partes do documento destaca o movimento de agricultores sem terra:

Considerando a exposição feita pelo Exmo. Senhor Secretário de Agricultura com referência às reivindicações formuladas por mais de mil famílias de agricultores sem terras dos municípios de Nonoai, Sarandi e outras regiões que apelam ao Governo do Estado para que se lhes possibilite a fixação ao solo, propiciando oportunidade para o trabalho agrícola; Considerando que esta aspiração gerou movimento local de alta repercussão pelos característicos de fato novo que aconselha o Poder Público a reconhecer a gravidade da questão social em nosso meio e a diligenciar imediata solução dentro das possibilidades da atual ordem jurídica;

Considerando que a Constituição do Rio Grande do Sul, obediente aos princípios inscritos na Carta Federal, impõe aos Poderes Estaduais o dever de promover a justa distribuição da propriedade, segundo o interesse social e de modo que o maior número possível de famílias participe do uso da terra e conte com meios de produção; (...)

Considerando, assim, que o movimento dos agricultores sem terra, que motiva o presente decreto, tem caráter pacífico como evidenciam as mensagens trazidas ao Governo e, conseqüentemente, não só representa verdadeira aspiração de justo sentido humano dentro da sociedade cristã, como encontra perfeita correspondência nos princípios e mandamentos constitucionais que devem ser urgentemente cumpridos em sua plenitude;

Considerando que as peculiaridades da região de onde se origina o presente apêlo, pelas necessidades locais de aumento de produção, aproveitando do braço agrícola e fixação do homem à terra aconselham o Poder Público a promover logo um plano especial de colonização, adequado ao seu desenvolvimento econômico (Decreto de desapropriação da Fazenda Sarandi).

7 Um trabalho mais focado em descrever atentamente o processo de mobilização e organização tomou corpo na Fazenda Sarandi foi realizado por Marcelo Rosa, juntamente com Marcelo Hernandez e Lygia Sigaud. Trata-se de uma produção com previsão de lançamento para o primeiro semestre de 2010. No trabalho são exploradas as primeiras experiências de realização de acampamentos para reivindicar a desapropriação de terras no Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Sul. No que diz respeito ao último, além de refinada análise sobre as ocupações da década de 1960, são trabalhadas questões referentes ao MASTER e também sobre o governo de Leonel Brizola. Além disso, são analisadas também as ocupações ocorridas a partir da década de 1970 no Rio Grande do Sul.

8 Por meio do decreto de número 13.034.

A passagem acima é importante porque reafirma no texto do documento determinadas preocupações que puderam ser encontradas nas diferentes versões sobre a ocupação da Sarandi vistas anteriormente. A primeira parte da justificativa da desapropriação se apresenta por razão do número de demandantes, que no decreto é descrito como mais de mil famílias. Vale lembrar que, segundo Seu Chico, Brizola teria pedido a Calixto que conseguisse 450 famílias e eles teriam conseguido juntar 750 antes da ocupação. Caso seja considerado que depois de realizado o acampamento outras famílias passaram a chegar, também na expectativa de conseguir terra, o número de mil famílias torna-se bastante razoável. Além disso, vale recordar que a Constituição do estado, de 1947, afirmava que quando um grupo de mais de cem agricultores organizados demandassem por terra o governo do estado deveria responder prontamente, ou seja, o acampamento do Capão da Cascavel ilustrava perfeitamente aquilo que expressava o dispositivo constitucional. Era a primeira oportunidade para que o artigo 174 da Constituição estadual fosse empregado.

Além disso, outro elemento é utilizado na justificativa da desapropriação, o caráter pacífico do movimento que *“representa verdadeira aspiração de justo sentido humano dentro da sociedade cristã”*. Vale recordar que Schmidt afirmou em sua entrevista que uma das primeiras iniciativas depois de realizado o acampamento na Sarandi foi a realização de uma missa, diante de uma cruz de madeira montada pelos próprios sem terra, fato confirmado também por outros entrevistados. Dessa maneira, da mesma forma as lideranças do acampamento da Sarandi atuavam em várias frentes para não ter sua iniciativa caracterizada como não legítima, o governo, ao promover a desapropriação também teve que mobilizar um sem número de argumentos para que pudesse ter sua ação de reconhecimento da demanda de colonos sem terra como legítima.

Diante de todas as informações apresentadas até aqui, pode-se verificar que a ocupação da Sarandi se configurou em um marco dentro da política agrária do governo de Brizola no Rio Grande do Sul. Esta representou não só a inauguração de uma nova forma de se reivindicar terra, mas também, ao que indicam as informações, a concretização de uma possibilidade real para que o governo do estado passasse a implementar seus projetos de reforma agrária.

O Banhado do Colégio e os demais mobilizações: a ampliando as ações em território conhecido

Poucos dias depois, um evento muito semelhante ao ocorrido em Sarandi ganha força no município de Camaquã. Um grupo de colonos sem terra teria se organizado e, sob a liderança de um homem chamado Epaminondas Silveira, teria ocupado uma área de mais de 20 mil hectares

conhecida como Banhado do Colégio, no dia 23 de janeiro de 1962. Se o caso da Fazenda Sarandi ficou consagrado por seu caráter inaugural, o do Banhado do Colégio é lembrado como o lugar em que o projeto de reforma agrária do governo Brizola mais prosperou. Esta região era uma vasta área pantanosa que, desde o início da década de 1950, vinha sendo drenada pelo governo federal. Como resultado do processo, terras extremamente férteis, antes submersas, passaram a tomar o lugar do terreno alagadiço.

O que teria levado o grupo de sem terras a ocupar o local foi a atitude dos proprietários das fazendas que circundavam o banhado. Como a maioria delas trazia em sua escritura que suas propriedades tinham como limites as terras alagadas, a partir do momento em que estas passaram a secar por razão das obras de drenagem feitas no local, os proprietários da região avançavam suas cercas sob as terras anteriormente submersas. Esse processo teria acirrado os ânimos na região, especialmente porque era muito comum que os donos das grandes propriedades no entorno do banhado arrendassem exatamente estas áreas limítrofes de suas fazendas para pequenos produtores, que diante das condições da terra nestes locais tinham de realizar pequenos procedimentos de drenagem naquelas áreas para que pudessem produzir. A partir do momento que o Arroio Duro, que corta as terras do Banhado do Colégio foi canalizado, os donos das propriedades ao redor deste passaram não somente a avançar suas cercas, como também a expulsar a os arrendatários das áreas limítrofes das propriedades. Segundo Paulo Schmidt, diretor do IGRA na época, o líder da ocupação em Camaquã, Epaminondas Silveira, teria sofrido esse processo de expulsão das terras de Nestor Jardim, proprietário de uma grande área fronteira ao banhado:

Epaminondas Silveira era na verdade um comerciante de implementos agrícolas na cidade de Camaquã. Em algum momento passou a investir como arroteiro, tornando-se arrendatário de terras no Banhado, onde mantinha diversos trabalhadores a seu serviço, arrematados na condição de parceiros (HARRES 2002).

A passagem citada acima sugere que o líder da ocupação do Banhado atuava no arrendamento de propriedades e tinha a seu redor grupo de trabalhadores que, em outras passagens citadas pela autora, afirmam que foram convidados para participar da ocupação pelo parceiro de arrendamento. Cruzadas essas informações com a apresentada por Schmidt, pode-se vislumbrar que parte do grupo que participou da ocupação em Camaquã era não somente aqueles arrendatários expulsos, bem como, demais trabalhadores que tinham com estes regimes de parceria.

A ocupação do Banhado do Colégio teria sido realizada no dia seguinte à criação da Associação dos Agricultores Sem Terra de Camaquã, esta datada do dia 22 de janeiro de 1962. Sobre a fundação da associação, Epaminondas recorda:

Parece que foi ontem, era sexta feira. Fui para a cidade pensando e no sábado botei um aviso na rádio para ler a cada quinze minutos, convidando os agricultores sem terra para uma reunião na minha casa. Foi aí que surgiu a associação. Como todos sabiam que os fazendeiros não tinham escritura e estavam se adonando das terras, resolvemos acampar (O Interior 14 a 20/09/1985).

Visto a partir dos fatos expostos até aqui, a ocupação do Banhado do Colégio sugere ter sido um movimento local; entretanto, caso sejam considerados alguns elementos destacados por Harres (2002), maiores semelhanças com a Sarandi podem ser reconhecidos. O primeiro deles é uma informação sobre a criação da Associação dos Agricultores Sem Terra de Camaquã, segundo a autora, na ata de fundação da mesma, juntamente com Epaminondas, eleito presidente, foi escolhido presidente de honra um homem chamado Hilson Scherer Dias que, além de ser um dos nomes mais expressivos do PTB local, era chefe de gabinete de João Caruso, que como já foi dito anteriormente, ocupava naquele instante o cargo de Secretário de Agricultura do estado (HARRES 2002:305). É, no mínimo, intrigante que um funcionário próximo ao Secretário de governo, responsável por tratar justamente da área de interesse do grupo recém organizado, tenha sido escolhido para ser presidente de honra da associação. Até mesmo porque o associativismo era uma das apostas do próprio governo para a organização dos trabalhadores rurais⁹.

Outro fato coincidente ocorre a partir daí, como na Sarandi, a resposta do governo do estado parece ter sido igualmente eficaz. No dia seguinte à criação da associação, o Banhado foi ocupado e o governo do estado marcou presença com o envio da brigada militar, para garantir a segurança. Além disso, o Secretário João Caruso também visitou o acampamento no mesmo dia 23, sendo que no dia 28 o próprio governador vai ao acampamento e, por fim, no dia 30 do mesmo mês, Brizola declara a área de utilidade pública para imissão imediata de posse quase 20 mil hectares de terras do banhado¹⁰.

Outra semelhança com fatos ocorridos na Sarandi diz respeito à “invasão” do local. Vale recordar que a questão apareceu de forma dispersa na fala dos entrevistados que deram seus depoimentos sobre a ocupação da Sarandi. Alguns garantiram que entraram na propriedade, enquanto outros afirmavam que o acampamento teria sido feito exclusivamente na beira da estrada que cortava a área. O que merece destaque é que o assunto reaparece nos depoimentos colhidos por Harres (2002:308), que indicavam a preocupação de Epaminondas de que o acampamento fosse organizado nas margens do Arroio Duro porque as terras seriam da Marinha, o que garantia que aquele acampamento não teria invadido qualquer propriedade.

Não foi possível aprofundar a pesquisa sobre o evento do Banhado do Colégio na mesma medida em que foi feito sobre a Sarandi, mesmo assim, é possível verificar determinadas relações

9 Como pode ser visto no Plano de Colonização da Fazenda Sarandi de 1962.

10Decreto nº 13.070 de 30 de janeiro de 1962.

que se dão não estritamente entre os dois eventos, mas sobre a forma pela qual ambos se organizaram e, especialmente, sobre a resposta dada pelo governo. Ainda que se pondere que idealmente o governo deveria atender de mesma forma diferentes demandantes, as relações que entre o governo e o líder da ocupação da Sarandi sugerem não só o interesse do primeiro, mas seu incentivo. De tal forma que, a relação de membros da Associação de Agricultores Rurais Sem Terra de Camaquã com o governo, bem como, a repetição tanto de formas de ordenamento da ocupação em Camaquã, quanto na própria resposta dada pelo governo, sugerem que essa relação governo-acampamento se repetiu também no caso do Banhado do Colégio. Entretanto, algumas distinções também devem ser devidamente marcadas. Na ocupação da Sarandi o líder parece ter sido escolhido pelo próprio governador do estado e as pessoas que teriam participado da ocupação vieram de uma localidade distinta daquela em que foi criado o acampamento. Por outro lado, em Camaquã, a liderança do movimento teria surgido do próprio contexto de conflito entre grandes proprietários e posseiros e, além disso, as pessoas que teriam participado do acampamento no Banhado do Colégio seriam, a princípio, em parte afetados pela ação dos grandes proprietários que moviam suas cercas e alteravam o limite das propriedades. De qualquer forma, marcadas as diferenças, há de se reforçar a presença pessoas próximas a ocupantes de cargos de destaque do governo estadual em ambos os eventos, caso de Calixto em Sarandi (primo de Brizola) e do presidente de honra da associação de trabalhadores rurais sem terra de Camaquã, que na época era chefe de gabinete de João Caruso, Secretário de Agricultura do estado.

A partir de janeiro de 1962, uma série de outros acampamentos e mobilizações emergem por todo o estado. Como foi dito anteriormente, não é interesse deste trabalho fazer uma exaustiva descrição dos acampamentos realizados durante o governo Brizola no Rio Grande do Sul. O que se busca, por meio deles, é sua importância para que os projetos de reforma agrária passassem a ser implementados, uma vez que, até aquele momento, nenhum projeto havia sido desenvolvido.

Além de Sarandi e Camaquã, outros lugares do estado tiveram mobilizações e ocupações, conforme pode ser visto pelo quadro desenvolvido por Eckert(1984:233-234):

Tabela 1 – Mobilizações por terra (1960-1964)

Período	Local	Tipo de Conflito	Área Reivindicada
Julho de 60	Encruzilhada do Sul	Processo de Expulsão	Privada, litígio
Janeiro de 62	Sarandi	Acampamento	Privada
Janeiro de 62	Banhado do Colégio (Camaquã)	Acampamento	Privada, confusa ¹¹ , apropriada do Estado

¹¹ Segundo a autora, a respectiva denominação foi aplicada para as ocasiões em que a situação jurídica ainda não havia sido resolvida.

Janeiro de 62	Taquari (Porto Grande)	Manifestação	Estado
Janeiro de 62	Santa Maria	Acampamento	Indefinida ¹²
Janeiro de 62	Caçapava	Acampamento	Indefinida
Janeiro de 62	Pelotas	Concentração	Município
Fevereiro de 62	Alegrete	Acampamento	União
Fevereiro de 62	Sapucaia (Faz. Itapui)	Ameaça acampamento	Privada, confusa
Fevereiro de 62	São Leopoldo (Horto Florestal)	Pressão	Estado, horto florestal
Fevereiro de 62	Vacaria (Faz. Gregório)	Pressão	Privada
Fevereiro de 62	São Jerônimo (Quitéria)	Pressão para distribuição	Estado
Fevereiro de 62	Itapoá	Acampamento	Estado
Fevereiro de 62	S. Francisco de Paula (Faz. Velha)	Ameaça de acampamento	Reserva Florestal do Estado
Fevereiro de 62	Taquari	Acampamento	Privada e do Estado
Fevereiro de 62	S. Francisco de Assis	Acampamento	Privada
Março de 62	Tenente Portela	Solicitação	Área indígena e reserva florestal
Março de 62	Cachoeira do Sul	Acampamento	Privada, confusa
Março de 62	São Luiz Gonzaga	Acampamento	Privada
Abril de 62	Sapucaia	Ameaça de acampamento	Privada, confusa
Abril de 62	Itaqui (Faz. Mata Fome)	Ameaça de acampamento	Privada
Abril de 62	Girúá (Rincão dos Vieira)	Acampamento	Privada, confusa
Mai de 62	Cruz Alta	Acampamento	Privada, improdutiva ¹³
Fevereiro de 63	Passo Feio ¹⁴	Acampamento	Estado (Reserva Florestal e área indígena).
Agosto de 63	Santa Bárbara	Expulsão	Privada
Agosto de 63	Nonoai (Reserva Florestal)	Acampamento	Estado
Setembro de 63	Torres	Acampamento	Estado
Setembro de 63	Osório	Acampamento	?
Outubro de 63	Bagé (Quebracho Grande)	Acampamento	União
Dezembro de 63	Guaíba	Acampamento	Privada, improdutiva
Janeiro de 64	Bagé (Cinco Cruzes)	Acampamento	União
Fevereiro de 64	Tapes (Santo Antônio)	Acampamento	Privada, improdutiva
Março de 1964	Canoas	Acampamento	Privada

12 Segundo a autora, a respectiva denominação foi aplicada para as ocasiões onde não foi possível obter informação precisa a respeito da área pretendida.

13 Segundo a autora, a respectiva denominação foi aplicada para as ocasiões onde a propriedade era considerada improdutiva pelos demandantes, segundo informações colhidas no periódico Última Hora.

14 A tabela da autora não menciona, mas Passo Feio pertence ao Município de Nonoai.

Tendo em vista as informações apresentadas pela tabela acima, pode-se buscar algumas conclusões sobre as mobilizações em torno da demanda por distribuição de terras durante os anos de 1960 até 1964 no Rio Grande do Sul. Um dos elementos que chama atenção na tabela apresentada por Eckert é a força com que emergiram as mobilizações em torno das questões de distribuição de terra no estado a partir de janeiro de 1962. Em cinco meses, de janeiro a maio de 1962, a autora foi capaz de mapear 23 mobilizações relacionadas desde à organização de grupos locais que pressionavam por desapropriações até mesmo à criação de acampamentos como os da Sarandi e do Banhado do Colégio¹⁵. A partir desse dado uma questão se segue - a mesma velocidade que marca a forte expansão das mobilizações caracteriza também o seu desaparecimento no restante do ano. De junho de 1962 até janeiro de 1963, segundo as informações levantadas pela autora, nenhum novo acampamento foi criado no estado.

O quadro somente se altera a partir de fevereiro de 1963, quando os acampamentos reaparecem e se tornam presentes com 10 diferentes mobilizações até março de 1964. É importante que se destaque o mês de fevereiro de 1963, porque é exatamente o primeiro do governo que substituiu Brizola, ou seja, desde aquele mês, quem passava a comandar o estado era Ildo Meneghetti, eleito governador pelo PSD, nas eleições do ano anterior.

Dessa maneira, uma primeira interpretação sobre esse processo de expansão das mobilizações de demanda por terra realizada por diferentes grupos, em distintos lugares do estado, seria entendê-los como reflexo da forma pela qual o governo teria respondido e atendido às primeiras iniciativas que emergiram em Sarandi e Camaquã respectivamente. Isto é, diante da pronta resposta que o governo estadual atende à demanda por reforma agrária, outros grupos, desconectados dessas primeiras experiências, são levados a apostar que processos semelhantes podem resultar em respostas semelhantes. Assim, a resposta do governo às primeiras iniciativas dos demandantes por reforma agrária teria sido o estopim de uma série de novas ocupações e mobilizações pelo restante do estado do Rio Grande do Sul.

Entretanto, há de se considerar uma outra possibilidade caso se tenha o cuidado de relacionar os processos de mobilização apontados por Eckert (1984) na tabela acima com outras informações trazidas no capítulo anterior. Se forem cruzados os locais das diferentes formas de mobilização apontadas pela autora com aqueles municípios contemplados pelo levantamento da questão agrária do estado, realizado pela Comissão Estadual de Terras e Habitação durante do ano de 1960, o resultado é revelador. Conforme pôde ser visto na tabela, Eckert enumera 33 diferentes mobilizações que se relacionam com a pressão por desapropriação de determinadas propriedades até

15 O minucioso trabalho de elaboração da tabela de mobilizações realizado por Eckert foi baseado especialmente em matérias de jornais da época.

a organização de acampamentos de sem terra. Outro importante componente destacado pela autora é a natureza das áreas disputadas, caracterizando-as como de pertencimento do estado ou como propriedade privada. Isto posto, pode-se destacar a partir da tabela, que os 33 eventos apontados pela autora ocorreram em 30 diferentes cidades do estado, que representavam aproximadamente 20% do total de municípios gaúchos. Entretanto, se comparamos essas mesmas 30 cidades com aquelas que foram alvo do levantamento da situação fundiária por parte do governo conclui-se que 23 delas, ou seja, quase 75% dos municípios onde emergiram os diferentes tipos de mobilização por reforma agrária haviam tido todas as suas propriedades com mais de 2,5 mil hectares de terra identificadas previamente por parte do governo em 1961. A análise torna-se ainda mais interessante caso sejam observados com mais cuidado as únicas sete cidades que não são encontradas no levantamento feito pela CETH: Taquari, Sapucaia, São Leopoldo, Itapuã, Tenente Portela, Torres e Canoas. Em somente duas destas as áreas em disputa não eram devolutas; isto é, em Taquari, São Leopoldo, Itapuã, Tenente Portela e Torres, as áreas demandadas solicitadas já pertenciam ao Estado. Somente Sapucaia e Canoas apresentaram mobilizações por terras privadas.

Não foi possível realizar um exaustivo levantamento das condições em que se deram as mobilizações por terra em cada um dos 30 municípios destacados a partir do quadro apresentado por Eckert (1984). Cabe lembrar aqui que a reconstituição desses processos não é o objetivo central dessa pesquisa, o que se procura evidenciar é a importância destes para a promoção dos projetos de reforma agrária desenvolvidos posteriormente pelo governo do estado e, para esse fim, as informações apresentadas acima sugerem uma forte correlação entre as primeiras iniciativas do governo, como demonstrado por meio do levantamento realizado pela CETH, com as diferentes formas de mobilização realizadas a partir de janeiro de 1962, uma vez que se concentraram majoritariamente nas áreas reconhecidas e previamente mapeadas pelo governo do estado. Além disso, fortalece essa correlação, as perspectivas apontadas no início da seção, sobre os acontecimentos da Sarandi e do Banhado do Colégio, onde, especialmente na primeira, fica bem caracterizada a estreita relação, não somente do governo, mas do próprio governador com a iniciativa da ocupação da Fazenda Sarandi.

As reações no governo

As ocupações de terra, reivindicando sua desapropriação para fins de reforma agrária, inauguraram um novo momento dentro das ações do governo do estado. Se, como fora mostrado anteriormente, desde o início de 1960 estavam sendo criadas, pelo governo Brizola, comissões, grupos de trabalho ou mesmo institutos, que tinham como finalidade comum realizar medidas que

possibilitassem o acesso à terra por parte de quem não a tinha, as ocupações promovidas por sujeitos singulares, parecem ter criado as condições para que o aparato burocrático já implantado, mas até aquele momento inoperante, passasse a funcionar.

O IGRA, criado em novembro de 1961, passou a operar efetivamente em abril de 1962, ou seja, somente depois do início das mobilizações que o IGRA passou a realizar, de fato, “os projetos de colonização e reforma agrária” enunciados em seu decreto de criação. Para a Fazenda Sarandi foi desenvolvido um grande plano de colonização que se dividia em três partes principais. A primeira delas trazia um levantamento técnico completo da fazenda; a segunda tratava do estatuto da cooperativa agrária a ser implementada na fazenda e, por último, na terceira parte do plano, ficavam definidas as regras de operação e organização do lote colonial que cada contemplado receberia. Apesar de toda a iniciativa em preparar um plano completo, a Sarandi acabou recebendo pouco de toda a estrutura pretendida pelo projeto original do IGRA. O projeto desenvolvido para a fazenda só começou a sair do papel em janeiro de 1963, o último mês do governo. Isso afetou a continuidade do projeto, em especial a parte referente à infraestrutura. Ainda no governo de Brizola, parte da área desapropriada foi dividida e emitidos os respectivos títulos de posse para os contemplados. Entretanto, no governo seguinte, de Ildo Meneghetti, o plano foi paralisado e o processo de desapropriação revisto. Dessa forma, somente parte da Fazenda Sarandi foi repassada aos colonos sem terra.

A situação do Banhado do Colégio foi diferente. Enquanto em Sarandi foi desenvolvido um grande projeto para a localidade, nada parecido foi localizado no que diz respeito à Camaquã, ao menos entre os documentos encontrados. Apesar de não existir nada que partilhe das mesmas características do plano para a Sarandi, o Banhado do Colégio parece ter sido umas das localidades onde o processo de reforma agrária do governo estadual foi mais eficaz. Segundo o periódico Eco de Lagoa, de 1989, organizado em comemoração aos 27 anos do Banhado do Colégio, 244 famílias receberam terras no banhado, numa média de quase 20 hectares por família, o que representa quase cinco mil hectares de terras distribuídas aos colonos somente durante o ano de 1962. Assim como ocorreu em Sarandi, após o fim do governo de Brizola, os assentados do Banhado passaram a sofrer ameaças e represálias por parte do novo governo de Meneghetti. O novo governador promoveu mudanças no projeto original para o Banhado e, com isso, os proprietários dos latifúndios da região ganharam o direito de ser ressarcidos pelas áreas que supostamente teriam sido “cedidas” ao governo no ano anterior¹⁶.

16 Pelas limitações do tamanho do artigo não puderam ser apresentados dados mais específicos sobre outros projetos desenvolvidos, para mais informações ver Alves (2010).

Considerações Finais

Parte deste trabalho está pautado em dizer um pouco mais sobre um tema bastante debatido. Falar sobre reforma agrária, especialmente no período imediatamente anterior ao golpe militar de 1964 não se trata propriamente de uma novidade. Por outro lado, ao se analisar a questão sob a ótica da política agrária colocada em prática pelos governos estaduais da época, como feito aqui, pôde-se reconhecer uma série de especificidades que, por vezes, são desprezadas em análises mais amplas. Grande parte dos debates sobre reforma agrária, relativos ao mesmo período contemplado por este trabalho, concentram-se em questões relativas ao âmbito da política federal. O caso exposto aqui serve para mostrar que maiores atenções podem ser dadas também ao âmbito estadual.

A análise da consolidação e atividade da política agrária do governo de Leonel Brizola no Rio Grande permitiu dar visibilidade a elementos perdidos em outros momentos da história, como a emergência de mobilizações que puderam legitimar as desapropriações e seus planos de colonização realizados pelo governo. Ainda nessa direção, pôde-se reunir elementos que apontaram a fundamental importância do mesmo no apoio a organização de grupos que realizassem a demanda por terras, para que assim, o governo pudesse agir dentro da legalidade, sem ter suas atividades contestadas. Colocando em prática uma forma de atuação política que, vistos aos olhos de hoje, pode parecer contraditória, mas que devem ser melhor compreendidos caso seja lembrado que alternativas como aquelas, de desapropriação de áreas e criação de assentamentos de colonos sem-terra, estavam distantes de ser as formas mais tradicionais de agir do poder público.

Dessa forma, a emergência de mobilizações por reforma agrária estiveram diretamente relacionados ao apoio garantido pelo governo estadual, o que não implica em garantir a tutela deste sobre as ações dos movimentos. Na reconstituição dos acampamentos narrados neste trabalho, foi possível desvelar elementos que sugerem fortemente, se não a presença de representantes do próprio governo nesses movimentos, ao menos de pessoas próximas ao grupo político que naquele momento ditava as ações no governo do estado. É preciso recordar a ligação de Calixto com Brizola, no caso do acampamento da Sarandi e da presença do chefe de gabinete de João Caruso, então Secretário de Agricultura, como presidente de honra da associação dos sem-terra de Camaquã, esta última responsável pelo acampamento no Banhado do Colégio. Aliado a isso, pôde-se mostrar, mesmo que sem a mesmo grau de detalhamento, que grande parte dos processos reivindicatórios que surgiram posteriormente aos de Sarandi e Camaquã ocorreram em áreas que haviam sido anteriormente objeto de estudos e levantamentos por parte do mesmo governo do estado. Todas essas indicações favorecem bastante uma forte correlação entre governo e movimentos reivindicatórios. Entretanto, se essas informações são importantes por ilustrar a proximidade entre

quem produz a demanda e quem a atende, colocando o governo como destaque central deste processo, é fundamental que não se reduza os movimentos reivindicatórios a meramente um instrumento de governo.

Quando foi analisado o caso da Fazenda Sarandi, Calixto é lembrado como um defensor da reforma agrária mesmo antes de que seu primo, Leonel Brizola, ocupasse o cargo de governador do estado. Apesar de breve, indicações como esta são significativas para que se compreenda que a idéia da luta pela terra não foi inculcada na cabeça das pessoas por qualquer governo. O “mérito” deste último foi ter prestado apoio para que as mobilizações por reforma agrária passassem a ocorrer, especialmente por meio da organização de acampamentos. Ainda nesta direção, caso sejam pensados os episódios a partir da Sarandi, entram em cena as associações de trabalhadores rurais sem-terra, que se expandiram pelo interior do estado, mas é bom que se destaque, que muitas outras existiam anteriormente ao próprio governo de Brizola.

Outra elemento a ser destacado neste momento é possibilidade de se verificar a permanência de um legado construído no Rio Grande do Sul entre o final da década de 1950 até o golpe militar de 1964. Parte considerável das informações que deram forma a este artigo foram recolhidas de pessoas que vivenciaram aquelas experiências e, até os dias de hoje, guardam aquelas lembranças fortemente na memória com a certeza de que fizeram parte de um momento em que populações que antes eram pouco assistidas pelo poder público passaram a atrair novas atenções. Nesse sentido, a política agrária do governo Brizola não deve ser pensada como um projeto finito que se encerra ao final daquele governo. Os principais quadros do IGRA, depois do final do governo Brizola, passaram a atuar na então recém criada Superintendência de Política e Reforma Agrária (SUPRA), órgão criado por João Goulart para fins muito próximos a aqueles idealizados ao instituto gaúcho, se o resultado, como os próprios ex-funcionários afirmam, não seguiram o mesmo caminho, não pode ser desprezado que experiências como a criação e funcionamento do IGRA foram importantes para que se criasse no plano federal espaços similares, como o caso da SUPRA. Esta que com o passar do tempo se transformou e mudou de nome, mas que hoje é o INCRA que hoje se constitui num dos espaços reconhecidos pelos movimentos sociais ligados a demanda por reforma agrária como aquele a ser mobilizado por suas ações.

Por fim, ainda deve ser destacado que as experiências de mobilização colocadas em prática durante o governo de Leonel Brizola do Rio Grande do Sul parecem ser indicativos do momento de criação de um repertório de ação coletiva (TILLY 1995), caracterizada por uma forma de reivindicação inovadora, a criação de acampamentos nas áreas das propriedades reconhecidas pelos demandantes como passíveis de desapropriação. Esse forma de reivindicar, que como defendido aqui, emerge durante o governo de Brizola estreitamente ligada a proteção que o governo garantia

aos acampamentos, com o passar do tempo se mostra independente desta proteção, se autonomizando já no governo seguinte, quando grupos organizados locais passam a realizar acampamentos sem contar com a mesma proteção proporcionada pelo governo anterior.

A partir do golpe militar de 1964, um período de latência dessa forma de reivindicação parece operar, mas a partir da década de 1970, quando novas mobilizações passam a ocorrer, parte delas se assemelham às realizadas anos antes. Elementos como este sugerem que, apesar da repressão imposta aos representantes daquela iniciativa a partir da instauração do golpe militar, traços de um repertório de ação coletiva se mantiveram, mesmo sem contar com o mesmo apoio prestado pelo poder público em outros tempos, garantindo a permanência de uma forma que muito se assemelha aquele que dá corpo ao MST, criado a quase vinte anos depois, em Encruzilhada Natalino, uma área entre os municípios de Nonoai e Sarandi¹⁷, que anos antes havia visto o primeiro acampamento, liderada pelo “*primo malucão*” do governador do estado.

Referências Bibliográficas

ALVES, Bernard José Pereira Alves (2010). **A Política Agrária de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: Governo, Legislação e Mobilização**. Dissertação de Mestrado. CPDA/UFRRJ, Seropédica.

CARDOSO, Claudira do Socorro Cirino (1999). **Partido de Representação Popular: política de alianças e participação nos governos estaduais do Rio Grande do Sul de 1958 e 1962**. Dissertação de Mestrado. PUC, Porto Alegre.

CAMARGO, Aspásia (1979) **A questão agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930-1964)**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – INDIPO/FGV, Rio de Janeiro.

ECKERT, Córdula (1984) **Movimentos dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964**. Dissertação de Mestrado. CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro.

GEHLEN, Ivaldo (1985) **A luta pela terra no sul a partir do caso dos colonos de Nonoai**. In SANTOS, J. T. dos (org.) *Revoluções Camponesas na América Latina*. São Paulo, Editora da Unicamp/ICONE

HARRES, Marluza Marques (2002) **Conflito e Conciliação no processo de reforma agrária do Banhado do Colégio – Camaquã/RS**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

HEINZ, Flávio (2005) **O Parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembléia Legislativa e de seus deputados – 1947-1982**. Porto Alegre: CORAG.

LEITE FILHO, Francisco das Chagas (2008) **El caudilho: Leonel Brizola**. Rio de Janeiro:

¹⁷ Ver mais *Onde tudo começou: Os sem terra de ontem e hoje* em <http://www.mst.org.br/jornal/290/destaque> .

Aquariana.

MIRANDA, Samir Perrone (2006) **Projeto de Desenvolvimento e Encampações no discurso do Governo Leonel Brizola: Rio Grande do Sul (1959-1963)**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

QUADROS, Claudemir (2003) **As brizoletas cobrindo o Rio Grande do Sul**. Santa Maria: EditoraUFMS

ROSA, Marcelo (2000) **Os sem terra partido ao meio: um estudo de caso das relações sociais entre assentados e municípios receptores na região da Grande Porto Alegre –RS**. Dissertação de Mestrado. CPDA/UFRRJ.Seropédica.

_____ (2004) **O engenho dos movimentos: reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco**. Tese de Doutorado. Iuperj, Rio de Janeiro.

_____ (2008) **Encruzilhadas: acampamentos e ocupações na Fazenda Sarandi, Rio Grande do Sul (1962-1980)**. Relatório de pesquisa.

_____ (2009a) **A “forma movimento” como modelo contemporâneo de ação coletiva rural no Brasil**. In GRIMBERG, M., ALVARES, M. e ROSA, M (orgs) Estado e movimientos sociales: estudios etnográficos em Argentina y Brasil.

_____ (2009b) **Sem terra: os sentidos e as transformações de uma categoria de ação coletiva**. Lua Nova, v 76, pp 197-227.

SIGAUD, Lygia (1989) **“A presença política dos camponeses: uma questão de reconhecimento”**. In: CAMARGO, A. e DINIZ, E. Continuidade e mudança no Brasil da nova república. IUPERJ/Vértice.

_____ (2000) **“A forma acampamento: Notas a partir da versão pernambucana”**. Novos Estudos Cebrap, pp. 73-92.

_____ (2005) **As condições de possibilidade das ocupações de terra**. Revista Tempo Social, Sao Paulo, SP, v. 17, n. 1, pp. 255-280.

TARROW, Sidney (2009) **O poder em movimento: Movimentos Sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes.

TILLY, Charles (1995) **Contentious repertoires in Great Britain (1758-1834)**. In Mark Traugott (ed) Repertoires & Cycles of collective action. Durham and London: Duke University Press.